

OFÍCIO N° 302/2025

Fazenda Rio Grande, 07 de novembro de 2025

Ref.: **EM REGIME DE URGÊNCIA** Encaminha Projeto de Lei nº 062/2025 de 23 de outubro de 2025

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara de Vereadores,

O Município de Fazenda Rio Grande, vem através deste encaminhar, o Projeto de Lei nº 062/2025 de 23 de outubro de 2025, EM REGIME DE URGÊNCIA a esta Egrégia Casa de Leis, com a seguinte súmula: **“Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR de Fazenda Rio Grande, conforme especifica e confere outras providências”.**

Sem mais para o momento, nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

**LUIZ SERGIO CLAUDINO**

Prefeito em Exercício

Excelentíssima Senhora  
**ANDREIA TEODORO PINTO**

Presidente Câmara Municipal de Vereadores  
Fazenda Rio Grande – Paraná

**MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE  
ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI N.º 062/2025.  
DE 23 DE OUTUBRO DE 2025.**

**SÚMULA:** “Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR de Fazenda Rio Grande, conforme específica e confere outras providências”.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE**, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte **LEI**:

**CAPÍTULO I  
DA CRIAÇÃO E FINALIDADE**

**Art. 1º** Fica instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) no Município de Fazenda Rio Grande, órgão permanente, consultivo, deliberativo, fiscalizador e paritário, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através do Departamento de Agricultura.

**Art. 2º** O CMDR tem por finalidade institucionalizar e promover a participação da sociedade civil e do poder público na formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável no Município de Fazenda Rio Grande.

**CAPÍTULO II  
DAS COMPETÊNCIAS**

**Art. 3º** Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR:

- I** - Participar da formulação e propor diretrizes da Política Municipal de Desenvolvimento Rural, em consonância com as políticas estadual e nacional;
- II** - Acompanhar, monitorar e avaliar as ações e os resultados do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR);
- III** - Deliberar sobre a priorização, hierarquização e controle social das ações e programas voltados ao setor rural;
- IV** - Acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados ao desenvolvimento rural, especialmente os oriundos de convênios, transferências e programas estaduais e federais, como o PRONAF;
- V** - Sugerir a criação e acompanhar a execução do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, caso venha a ser instituído por lei específica;

**VI** - Convocar e coordenar a Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural, ordinariamente a cada quatro anos ou extraordinariamente, com a finalidade de avaliar políticas e eleger representantes da sociedade civil;

**VII** - Promover a articulação interinstitucional entre órgãos públicos, produtores, cooperativas e entidades representativas do meio rural;

**VIII** - Estimular a educação ambiental, a sustentabilidade produtiva e a inovação tecnológica no campo;

**IX** - Manifestar-se, quando solicitado, sobre projetos, planos e programas públicos ou privados que possam impactar o desenvolvimento rural do Município;

**X** - Manter registro atualizado das deliberações, pareceres e relatórios das atividades desenvolvidas.

### **CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO E DO MANDATO**

**Art. 4º** O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR será composto, no mínimo, por 06 (seis) membros titulares e seus respectivos suplentes, garantindo-se paridade de representação entre o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil Organizada.

**§ 1º** A composição do Conselho será a seguinte:

**I** - Representantes do Poder Público Municipal (50%):

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- b) 02 (um) representantes do Departamento de Agricultura.

**II** - Representantes da Sociedade Civil Organizada (50%):

- a) 01 (um) representante de Cooperativa ou Associação de Produtores Rurais;
- b) 01 (um) representante de Entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que atue no Município;
- c) 01 (um) representante da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, indicado pela Mesa Diretora.

**§ 2º** Cada membro titular terá um suplente designado pela mesma entidade ou órgão representado.

**§ 3º** O Prefeito Municipal nomeará os membros do CMDR por Decreto, mediante indicação formal das respectivas entidades e órgãos.

**§ 4º** A função de conselheiro é considerada de relevante interesse público, sendo não remunerada.

**§ 5º** A vacância de cargo será suprida por nova indicação da entidade representada, para completar o mandato em curso.

#### **CAPÍTULO IV DA DIRETORIA E DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 5º** O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR elegerá, entre seus membros titulares, em reunião convocada para esse fim, sua Diretoria Executiva, composta por:

**I** - Presidente;

**II** - Vice-Presidente;

**III** - Secretário;

**IV** - Tesoureiro.

**§ 1º** A eleição ocorrerá por maioria simples, com mandato coincidente ao dos conselheiros.

**§ 2º** O mandato do Presidente, Vice-Presidente e Secretário do CMDR será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

**§ 3º** Compete à Diretoria coordenar as atividades do Conselho, propor pautas, convocar reuniões e encaminhar as deliberações aos órgãos competentes.

**§ 4º** Compete ao Presidente:

**I** - Representar o Conselho perante órgãos públicos, entidades e demais instituições;

**II** - Convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho;

**III** - Cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno e as deliberações do Plenário;

**IV** - Propor a pauta das reuniões e encaminhar as deliberações do Conselho aos órgãos competentes;

**V** - Assinar, em conjunto com o Tesoureiro, documentos financeiros e prestações de contas;

**VI** - Delegar atribuições específicas, quando necessário, ao Vice-Presidente ou a outros membros, mediante aprovação da Diretoria;



**VII - Exercer o voto de desempate nas deliberações do Conselho.**

**§ 5º Compete ao Vice-Presidente:**

**I - Substituir o Presidente em suas ausências, impedimentos ou vacância;**

**II - Auxiliar o Presidente na condução das reuniões e na execução das deliberações do Conselho;**

**III - Supervisionar, em conjunto com o Presidente, o andamento dos grupos de trabalho e comissões temáticas;**

**IV - Apoiar as ações de articulação institucional e de representação do Conselho junto à sociedade civil e órgãos públicos;**

**V - Exercer outras funções que lhe forem delegadas pela Diretoria Executiva.**

**§ 6º Compete ao Secretário:**

**I - Redigir, lavrar e manter sob guarda as atas das reuniões, deliberações, resoluções e demais documentos administrativos do Conselho;**

**II - Organizar a correspondência oficial, comunicações internas e convocações de reuniões;**

**III - Manter atualizado o cadastro dos membros e das entidades representadas no Conselho;**

**IV - Coordenar, com apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o arquivo físico e digital dos documentos e registros do Conselho;**

**V - Elaborar e divulgar, com autorização da Diretoria, os relatórios de atividades e outros documentos informativos.**

**§ 7º Compete ao Tesoureiro:**

**I - Acompanhar e registrar o controle de eventuais receitas e despesas do Conselho, inclusive aquelas vinculadas a convênios, doações ou fundos específicos;**

**II - Acompanhar e controlar a execução financeira do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, caso venha a ser instituído, zelando pela correta aplicação dos recursos e pela observância das deliberações do Conselho;**

**III - Manter atualizados os demonstrativos financeiros, relatórios e prestações de contas, em conjunto com o Presidente;**

**IV** - Organizar e arquivar documentos contábeis e comprobatórios referentes à movimentação financeira do Conselho e do Fundo;

**V** - Assinar, em conjunto com o Presidente, documentos financeiros, relatórios e prestações de contas;

**VI** - Prestar informações financeiras sempre que solicitadas pelo Plenário do Conselho, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente ou pelos órgãos de controle.

**Art. 6º** O Conselho se reunirá ordinariamente a cada 90 (noventa) dias e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou por requerimento de um terço dos membros titulares.

**§ 1º** As reuniões serão válidas com a presença mínima da maioria simples dos membros titulares.

**§ 2º** As decisões serão tomadas por voto da maioria simples dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

**§ 3º** As atas e resoluções deverão ser registradas em livro próprio e disponibilizadas publicamente.

**Art. 7º** O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, especialmente através do Departamento de Agricultura, prestará suporte técnico, administrativo e operacional ao CMDR, assegurando condições adequadas ao desempenho de suas funções.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 8º** O CMDR poderá constituir grupos de trabalho e comissões temáticas para tratar de assuntos específicos de interesse do setor rural.

**Art. 9º** O Conselho deverá elaborar relatórios anuais de atividades e recomendações de políticas públicas, os quais serão encaminhados ao Prefeito Municipal e à Câmara Municipal.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fazenda Rio Grande, 23 de outubro de 2025.

**Luiz Sergio Claudino  
Prefeito em Exercício**

**PROJETO DE LEI Nº 062/2025.  
DE 23 DE OUTUBRO DE 2025.**

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) no Município de Fazenda Rio Grande, órgão de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, destinado a promover a participação social e o controle público na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável.

A criação do CMDR atende à necessidade de fortalecer os mecanismos de gestão democrática no âmbito das políticas rurais, em conformidade com os princípios constitucionais da participação popular e da descentralização administrativa previstos nos artigos 187 e 204 da Constituição Federal, bem como com as diretrizes da Lei Federal nº 11.326/2006, que reconhece a importância da agricultura familiar e da organização dos produtores rurais como agentes fundamentais do desenvolvimento local.

O Conselho propiciará um espaço institucional de diálogo permanente entre o Poder Público Municipal e a Sociedade Civil Organizada, integrando representantes de entidades rurais, associações, cooperativas, técnicos, agricultores e órgãos governamentais. Essa composição paritária permitirá o planejamento participativo das políticas agrícolas e de infraestrutura rural, com maior legitimidade, transparência e efetividade na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, o CMDR contribuirá para o acompanhamento da execução de programas estaduais e federais voltados ao setor, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e outras iniciativas vinculadas à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída pela Lei Federal nº 12.188/2010.

A instituição do Conselho, portanto, representa um importante instrumento de governança local, fortalecendo a articulação interinstitucional e a corresponsabilidade entre governo e sociedade civil.

O texto proposto estabelece, de forma clara e objetiva, as competências, a composição e as regras de funcionamento do CMDR, observando os princípios de legalidade, publicidade e paridade. A vinculação administrativa à Secretaria Municipal de Meio Ambiente assegura o suporte técnico e operacional necessário ao pleno funcionamento do órgão, sem criação de despesas adicionais ao erário.

Assim, a aprovação deste Projeto de Lei é medida de grande relevância pública, pois consolida uma política de gestão participativa do desenvolvimento rural, fomenta a sustentabilidade econômica e ambiental, e reforça o compromisso do Município de Fazenda Rio Grande com a valorização da agricultura familiar e a promoção de um meio rural mais inclusivo, produtivo e sustentável.

Diante do exposto, solicita-se o apoio e a aprovação dos nobres Vereadores desta Egrégia Casa Legislativa ao presente Projeto de Lei.

**Luiz Sergio Claudino**  
**Prefeito em Exercício**



Fazenda Rio Grande, 06 de novembro de 2025.

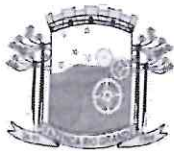
**Processo:** Estudo do impacto orçamentário-financeiro referente ao Anteprojeto de Lei da Instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR

O presente processo visa apresentação, de possível impacto orçamentário e financeiro a ser gerado com o encaminhamento do projeto de Lei ao Legislativo.

Diante do exposto encaminha-se demonstrativo do Impacto Orçamentário e Financeiro em conformidade ao art. 16 da LRF.

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO				
ARTIGO 16 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (101/2000)				
EVENTO		Anteprojeto de Lei da Instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR		
X	Criação			
	Expansão			
	Aperfeiçoamento			
Vigência	Início: 2026		Fim: Indeterminado	
ESTIMATIVA DAS DESPESAS PARA O EXERCÍCIO DE VIGÊNCIA E PARA OS DOIS SEGUINTE				
DESCRIÇÃO		2025	2026	2027
		0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00
ESTUDO E PARECER CONTÁBIL – IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO				
Interessado: Secretaria Municipal de Meio Ambiente				
Referência: Projeto de Lei nº 062/2025				
Assunto: Instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR				
Data: 06 de novembro de 2025				
1. OBJETO				
O presente parecer tem por objeto a análise do Projeto de Lei nº 062/2025, que “Dispõe sobre a instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR de Fazenda Rio Grande, conforme especifica e confere outras providências”.				
A proposição visa criar um órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e paritário, vinculado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio do Departamento de Agricultura, com a finalidade de promover a participação social e o controle público nas				





políticas de desenvolvimento rural sustentável.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O exame deste estudo está amparado nos seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF):

- Art. 15: determina que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro;
- Art. 16: exige a declaração do ordenador de despesa quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Art. 17: dispõe sobre a despesa obrigatória de caráter continuado, definindo critérios para a sua criação e execução;
- Art. 50, §1º: reforça a necessidade de transparência e controle da gestão fiscal e orçamentária.

## **3. ANÁLISE DA PROPOSIÇÃO**

Após a leitura integral do texto legal e da respectiva justificativa, observa-se que:

1. O CMDR não cria cargos, funções ou gratificações, sendo sua composição formada por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil, sem remuneração (Art. 4º, §4º);
2. A estrutura administrativa e o suporte técnico-operacional ao Conselho serão prestados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através do Departamento de Agricultura, com utilização da estrutura e dos recursos humanos já existentes (Art. 7º);
3. Não há previsão de criação de unidade orçamentária, fundo ou despesa autônoma vinculada à nova entidade, tampouco alteração em dotações existentes;
4. Eventuais despesas com reuniões, material de expediente ou apoio técnico poderão ser absorvidas dentro da dotação orçamentária vigente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sem acréscimo orçamentário relevante.

## **4. AVALIAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO**

Diante do exposto, não se identificam impactos orçamentários-financeiros diretos ou imediatos decorrentes da aprovação do Projeto de Lei nº 062/2025, uma vez que:



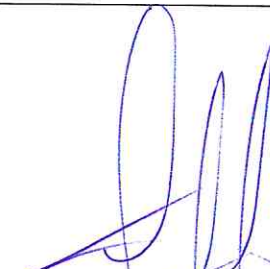
- A função dos conselheiros é considerada de relevante interesse público e não remunerada;
- O apoio técnico e operacional será prestado com os recursos humanos e materiais já disponíveis;
- Não há previsão de novos encargos, contratações ou repasses financeiros adicionais.

Portanto, a criação do CMDR não configura aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, conforme definição do art. 17 da LRF.

### **5. CONCLUSÃO**

Diante da análise realizada, conclui-se que o Projeto de Lei nº 062/2025 apresenta compatibilidade com as normas orçamentárias e financeiras vigentes, não acarretando ônus adicional ao erário municipal nem infringindo as disposições da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim, não há impedimento contábil ou fiscal à sua tramitação e eventual aprovação.



Edson Luiz Szymaciek  
Contador – Secretaria de Planejamento e Finanças  
Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande



PREFEITURA DE  
**FAZENDA  
RIO GRANDE**

**MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE  
ESTADO DO PARANÁ**

## **DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS**

O Município de Fazenda Rio Grande, vem através de seu Secretário Municipal de Meio Ambiente, abaixo indicado, **DECLARAR** para os devidos fins que o Projeto de Lei nº 062/2025 de Iniciativa do Executivo Municipal esta de acordo com as Leis Orçamentárias vigentes: e será compatibilizada com o PPA, LDO e LOA, em conformidade com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, estando apto a devida tramitação perante esta Egrégia Casa Legislativa.

Fazenda Rio Grande, 06 de Novembro de 2025.

---

Rafael Campaner  
Secretário Municipal de Meio Ambiente  
Decreto nº 7.651/2025

---

Givanildo Francisco Pego  
Secretário Municipal de Finanças  
Decreto nº 7.995/2025